

Protocolos / Acordos / Parcerias

13. Minuta de Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa para Apoio ao Funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga, nos termos das alíneas o), u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 111774

Data: 17/12/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

**Assunto: Minuta de Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga**

Considerando que:

- Compete à Câmara Municipal, nos termos das alíneas o), u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, respetivamente, *«deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista (...) à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; apoiar atividades de natureza social de interesse para o município e participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social»;*
- Existe, no concelho de Braga, um Serviço especializado para o Apoio à Integração de Migrantes, com larga experiência neste domínio desde 2003, dispondo de uma estrutura capacitada e multidisciplinar, tendo realizado um total agregado de 12.000 atendimentos, desde então, 700 dos quais em 2023, com encaminhamento de 201 cidadãos para respostas de Emprego/Formação Profissional, considerando que 82% se encontram em idade ativa;
- O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga (CLAIM) tem como principal objetivo contribuir para a promoção do acolhimento e integração de Migrantes na Comunidade, através de uma abordagem alicerçada na dignidade da pessoa e direitos humanos fundamentais, trabalhando matérias tão importantes como (i) Regularização da Situação Migratória; (ii) Nacionalidade; (iii) Reagrupamento Familiar; (iv) Acesso à Habitação, Educação e Saúde; (v) Trabalho, entre outros;
- No concelho de Braga, dispomos de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes que preconiza, precisamente, a articulação, entre outros parceiros, com o CLAIM para trabalharmos (i) a Promoção de Diversidade (Inter)Cultural; (ii) a Capacitação dos Migrantes e dos Agentes Locais e (iii) o Estímulo de uma Cidadania informada, ativa e participativa;
- Desde que assumimos as novas competências em matéria de Ação Social, procedemos ao atendimento de 105 casos de Emergência Social, antes sob a responsabilidade da Segurança Social, tendo encaminhado 17 processos para o CLAIM, o que corresponde a 16% (*atendimentos emergenciais com início no mês de Junho de 2023*). A proveniência da maioria dos migrantes é do Leste Europeu, do Sul e Centro da Ásia, da América do Sul e do Norte de África;
- É importante promover serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- As respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- É relevante e profícuo estreitar a cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar a minuta de protocolo em anexo, nos termos nela propostos.

O Chefe de Divisão

Anexo: Minuta de Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE BRAGA

CONSIDERANDO QUE:

A. Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da Ação Social;

No concelho de Braga, a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, coordena uma resposta especializada para apoio à integração de migrantes detendo enorme experiência no desenvolvimento deste tipo de acompanhamento desde 2003, tendo realizado, desde então, mais de 12.000 atendimentos, 700 dos quais em 2023, tendo procedido ao encaminhamento de 201 para respostas de Emprego/Formação Profissional, já que 82% dos cidadãos se encontram em idade ativa;

B. Compete à Câmara Municipal, nos termos das alíneas o), u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, respetivamente, *«deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista (...) à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; apoiar atividades de natureza social de interesse para o município e participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social»;*

C. Não dispondo o Município de Braga de Serviço Especializado para o desempenho destas tarefas, considerando que já existe um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM);

D. Ao nível dos recursos humanos, a assunção destes objetivos passa pelo recurso à Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, instituição humanitária não-governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos;

E. Esta entidade integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação verificada,

designadamente: (i) dispõe de uma estrutura capacitada; (ii) dispõe de uma estrutura multidisciplinar (iii) dispõe dos conhecimentos especializados necessários; (iv) tem experiência de 21 anos ao nível da implementação desta resposta;

F. A contrapartida financeira será exclusivamente destinada ao pagamento dos encargos com os recursos humanos envolvidos e equipamentos e serviços necessários à execução das tarefas, numa altura em que o Município de Braga, após transferência de novas competências em matéria de Ação Social, sinaliza e encaminha praticamente todos os cidadãos migrantes que pretendem informação sobre processos de legalização.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Colaboração com a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa para apoio ao funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga, aprovado pela Câmara Municipal de Braga em reunião do respetivo Executivo no dia ____/12/2023, estando garantido o compromisso plurianual, devidamente autorizado nos termos do n.º 1 do artigo 23.º das normas de execução orçamental.

ENTRE:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Município”

E

A **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA | Delegação de Braga**, com o número de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos 500745749 e sede no Palácio Condes de Óbidos no Jardim 9 de Abril N.º 1, em Lisboa, no presente ato representada pelo Presidente da Delegação de Braga, **Armando Maria Da Cunha Osório De Araújo**, com poderes para o ato, adiante designada “CVP”.

Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a definição das condições para o apoio financeiro ao funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga;

Cláusula 2.ª

Âmbito de Aplicação e Destinatários

1. A área de intervenção do presente Protocolo é local, restringindo-se ao espaço geográfico do concelho de Braga.
2. São destinatários do presente Protocolo, entre outros, os cidadãos migrantes encaminhados pela Divisão de Coesão Social e Solidariedade (DCSS) do Município de Braga.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Município de Braga

No âmbito do presente protocolo o Município obriga-se a:

- a) Identificar os cidadãos encaminhados para o CLAIM;
- b) Acompanhar os resultados dos atendimentos através dos serviços da DCSS;
- c) Proceder ao pagamento à CVP das despesas com os recursos humanos e equipamentos necessários ao funcionamento do Serviço;
- d) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo.

Cláusula 4.ª

Obrigações Gerais da CVP

1. No âmbito do presente protocolo, a CVP obriga-se a assegurar a dotação dos recursos humanos e equipamentos adequados, necessários ao funcionamento do serviço de atendimento no CLAIM de Braga;
2. Para o fornecimento da estrutura de pessoal devem ser observadas todas as cláusulas do presente protocolo e a legislação aplicável;
3. Contribuir para a promoção do acolhimento e integração de Migrantes na Comunidade, através de uma abordagem alicerçada na dignidade da pessoa e direitos humanos fundamentais;

4. A CVP responde pelo comportamento do seu pessoal garantindo a sua formação de modo a que todas as operações se desenvolvam com grande respeito pelos utentes, seus usos e costumes;
5. O Município poderá exigir à CVP a retirada de serviço de qualquer funcionário que desrespeite os utentes, seja negligente ou não contribua para os objetivos do CLAIM;
6. Apresentação de um relatório mensal detalhado referente à execução do serviço do CLAIM na vertente dos atendimentos realizados por encaminhamento do Município de Braga;
7. A CVP deverá cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que for aplicável.

Cláusula 5.ª

Recursos financeiros

1. O Município compromete-se a efetuar o pagamento do montante total máximo de € 8.500 (oito mil e quinhentos euros) pela disponibilização do pessoal e equipamentos a afetar ao CLAIM de Braga, para um total de 12 (doze) meses de vigência do presente Protocolo.

Cláusula 6.ª

Início e prazo de vigência

O período de vigência do presente protocolo inicia-se em Dezembro de 2023, prolongando-se por um período de 12 (doze) meses, até Novembro de 2024.

Cláusula 7.ª

Execução e Avaliação do Protocolo

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.ª

Ocorrências e emergências

A CVP deve comunicar ao Município por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia de que tenha conhecimento e que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

Cláusula 9.ª

Verificação do cumprimento do objeto do acordo

- 1.** O Município pode verificar o cumprimento do objeto do presente protocolo, mediante a realização de ações no terreno junto dos beneficiários do serviço do CLAIM, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários, além do relatório mencionado no n.º 6 da cláusula 4.ª.
- 2.** As determinações do Município emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a CVP, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade.

Cláusula 10.ª

Modificação do Protocolo

- 1.** O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 2.** A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª

Suspensão do Protocolo

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a)** Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b)** Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de Direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a)** Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b)** Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.ª

Revogação

1. O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Cabimento e compromisso

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento n.º _____ na rubrica Dinamização das Atividades para a Coesão Social – Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos do orçamento do Município de Braga, tendo-lhe sido atribuído o registo de compromisso n.º _____.

Braga, 15 de Dezembro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Delegação de Braga da
Cruz Vermelha Portuguesa

(Armando Maria Osório da Cunha Araújo)